

Apoios Financeiros

20. Atribuição de apoios financeiros a freguesias.

Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

- a) **Freguesia de Palmeira**, no valor de 10.000,00€, para apoiar a “Aquisição de Viatura para a Unidade Local de Proteção Civil”;
- b) **União de Freguesias de Crespos e Pousada**, no valor de 4 281,49€, para apoiar a “Ornamentação/Mobiliário na Casa Mortuária de Pousada”;
- c) **Junta de Freguesia de Padim da Graça**, no valor de 12 444,40€, para apoiar os “Trabalhos realizados no Edifício da Sede da Junta e sua envolvente”.

Tudo de acordo com a informação constante nos respetivos processos.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 48492

Data: 17/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Apoio Financeiro - 53/2024 - Ornamentação/Mobiliário na Casa Mortuária de Pousada

PROPOSTA: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – FREGUESIA

Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

a) **União de Freguesias de Crespos e Pousada**, no valor de **4 281,49€**, para apoiar a **“Ornamentação/Mobiliário na Casa Mortuária de Pousada”**

A Técnica Superior

Anexos:

1. **Proposta de Apoio Financeiro**

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 47927

Data: 16/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Apoio Financeiro - 51/2024 - Trabalhos realizados no Edifício da Sede da Junta e sua envolvente - Padim da Graça

PROPOSTA: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – FREGUESIA

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

a) Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 12 444,40€, para apoiar os “Trabalhos realizados no Edifício da Sede da Junta e sua envolvente”

A Técnica Superior

Anexos:

- 1. Proposta de Apoio Financeiro.**

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: ORNAMENTAÇÃO/MOBILIÁRIO NA CASA MORTUÁRIA DE POUSADA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Ornamentação/Mobiliário na Casa Mortuária de Pousada** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **4 281,49€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de CRESPOS E POUSADA no valor de 4 281,49€ (quatro mil, duzentos e oitenta e um euros e quarenta e nove cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor de 4 281,49€ € (quatro mil, duzentos e oitenta e um euros e quarenta e nove cêntimos).**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

Braga, 17 de maio de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: TRABALHOS REALIZADOS NO EDIFÍCIO DA SEDE DA JUNTA E SUA ENVOLVENTE – PADIM DA GRAÇA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **PADIM DA GRAÇA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para os **“Trabalhos realizados no Edifício da Sede da Junta e sua envolvente”** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que a Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **12 444,40€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando que, face ao supra exposto, foi proposto em reunião de Câmara Municipal, datada de 13 de maio de 2024, atribuir um Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de **PADIM DA GRAÇA**, para os **“Trabalhos realizados no Edifício da Sede da Junta e sua envolvente”**, deliberação essa aprovada por unanimidade.

Considerando que o valor do apoio financeiro aprovado para os **“Trabalhos realizados no Edifício da Sede da Junta e sua envolvente”** na referida reunião de Câmara Municipal, por lapso de elaboração da proposta, foi o de **11 740,00€** e não o de **12 444,40€**.

Considerando que a Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **12 444,40€** incluído o valor do IVA à taxa legal, devendo ser esse o valor considerado no Apoio Financeiro a atribuir à Junta de Freguesia de **PADIM DA GRAÇA** para os **“Trabalhos realizados no Edifício da Sede da Junta e sua envolvente”**.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de PADIM DA GRAÇA no valor de 12 444,40€ (doze mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e quarenta cêntimos), dando sem efeito a deliberação supra mencionada tomada em reunião de Câmara Municipal, datada de 13 de maio de 2024, por lapso na indicação do valor, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2024, um valor de 12 444,40€ (doze mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e quarenta cêntimos);**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **PADIM DA GRAÇA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **PADIM DA GRAÇA**.

Braga, 16 de maio de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 49468

Data: 20/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Apoio Financeiro - AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A UNIDADE LOCAL DE PROTEÇÃO CIVIL - JF Palmeira

PROPOSTA: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A UNIDADE LOCAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere, no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição de Apoio Financeiro à Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a “Aquisição de viatura para a Unidade Local de Proteção Civil”, no valor de 10 000,00€ (dez mil euros).

A ser aprovada esta proposta, após a aquisição da viatura, para a qual será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através da apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de Palmeira.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de Palmeira.

Neste sentido, submete-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de atribuição de apoio financeiro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

a) Freguesia de Palmeira, no valor de 10.000,00€, para apoiar a “AQUISIÇÃO DE VIATURA PARA A UNIDADE LOCAL DE PROTEÇÃO CIVIL”

O Vereador da Câmara Municipal de Braga

Anexos:

1. Cópia da ATA da reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil de 28 de abril, com parecer favorável à constituição da ULPC de Palmeira;

Comissão Municipal de Proteção Civil de Braga

ATA N.º 10

---- Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas onze horas e cinco minutos, reuniu por videoconferência a Comissão Municipal de Proteção Civil de Braga, na sequência de convocatória previamente remetida com a seguinte ordem e trabalhos: -----

Ponto 1 – Apresentação e aprovação da alteração do Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

Ponto 2 – Emissão de parecer para a constituição da Unidade Local de Proteção Civil de Palmeira; --

Ponto 3 – Outros assuntos de interesse; -----

---- Presidiu a esta reunião o Vereador com o pelouro da área da proteção civil, Eng. Altino Bessa, o Coordenador Municipal de Proteção Civil, Arq. Vítor Azevedo, o representante da Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais, Eng. Joaquim Gomes, o Comandante da Companhia dos Bombeiros Sapadores de Braga, Comdt. Nuno Osório, o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Braga, Comdt. Pedro Ribeiro, o representante da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, Enf. Tiago Silva, o representante da Unidade de Saúde Pública Municipal, Dr. Pedro Pereira, o representante da Polícia de Segurança Pública, Subcomissário Filipe Silva, o representante da Guarda Nacional Republicana, Capitão Mário Abreu, o representante do Regimento de Cavalaria 6, Tenente-Coronel Costa Pereira, representante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga, Capitão António Ferreira, a comandante da Polícia Municipal de Braga, Comdt. Andreia Parente, a representante da Unidade Local de Saúde de Braga, Enf. Sílvia Oliveira e o representante dos Serviços da Segurança Social, Dr. João Ferreira. -

---- A reunião iniciou-se às onze e dez minutos, tendo o senhor Vereador da Câmara Municipal, Eng. Altino Bessa, apresentado os cumprimentos e agradecendo aos presentes a comparência nesta reunião. De seguida fez uma breve introdução, destacando a crescente importância da divisão de proteção civil, e também o facto de os Bombeiros Sapadores de Braga recrutarem mais 29 bombeiros. O Senhor Vereador informou que esta ação é parte dos esforços contínuos para fortalecer a corporação de bombeiros e continuar a melhorar os serviços de emergência na cidade.

---- Pelas onze horas e quinze minutos, deu-se início à ordem de trabalhos, tendo o senhor Vereador passado a palavra ao Coordenador Municipal de Proteção Civil (CORMPC), Arq. Vitor Azevedo. -----

---- Após a chamada à ordem, deu-se início à discussão do primeiro ponto de agenda: apresentação e aprovação da alteração do Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil. O CORMPC informou a necessidade de proceder à revisão e alteração dos seguintes artigos do regulamento: 4º, 6º, 8º, 9º, 10º, 11º e 15º, além da necessária renumeração de outros artigos. -----

----- Terminada a apresentação deste primeiro ponto da ordem de trabalhos o CORMPC passou a palavra ao Sr. Vereador que, de seguida, colocou à votação da comissão municipal de proteção civil a alteração dos artigos do Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil, tendo obtido aprovação por unanimidade.

----- De seguida passou-se ao segundo ponto da ordem de trabalhos: Emissão de parecer para a constituição da Unidade Local de Proteção Civil de Palmeira. -----

Foi apresentada a Unidade Local de Proteção Civil de Palmeira. O CORMPC salientou que a unidade local de proteção civil em articulação com a Divisão de Proteção Civil da Câmara Municipal de Braga (CMB-DPC) tem como missão apoiar e executar a política local, nomeadamente na prevenção de acidentes graves ou catástrofes, promovendo a proteção e socorro das populações, dos bens e do património da freguesia de Palmeira. -----

----- Terminada a apresentação deste segundo ponto da ordem de trabalhos, o CORMPC passou a palavra ao Sr. Vereador que reforçou a importância da constituição destas unidades locais pela proximidade à população local. De seguida passou a palavra aos presentes para que apresentassem contributos ou dúvidas. O Comandante dos Bombeiros Sapadores de Braga, Nuno Osório, reforçou a importância das Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) terem formação de 1ª intervenção. O Comandante enfatizou que esta formação é essencial para garantir uma resposta eficaz e rápida a situações de emergência, permitindo que os membros das unidades locais atuem de forma segura e coordenada. -----

---- O CORMPC destacou o compromisso da Divisão Municipal de Proteção Civil em fornecer suporte abrangente às ULPC, incluindo a organização e a disponibilização de formações adequadas para garantir a preparação e a capacidade de resposta em situações de emergência, estando inclusive prevista nos próximos dias, a frequência por parte dos voluntários das ULPC com kit de 1ª intervenção de uma ação de treino operacional para 1º COS, promovida pelo Comando Sub-Regional da ANEPC, para além de outras ações previstas e a desenvolver pela DPC.

---- Na continuidade da discussão, a Presidente da Junta de Freguesia de Sobreposta salientou que é comunicado às equipas que apenas devem realizar a primeira intervenção junto às habitações e que é reforçada a importância de agirem com a devida precaução. Esta orientação visa garantir a segurança das equipas durante as operações de primeira intervenção. -----

---- O Sr. Vereador colocou à votação da comissão municipal de proteção civil a constituição desta nova unidade local de proteção civil, tendo obtido aprovação por unanimidade.

---- Seguidamente passou-se ao ponto número três da ordem de trabalhos: outros assuntos de interesse. -----

---- Não tendo sido apresentado nenhum assunto a discussão, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ACTA, que vai ser assinada por todos os presentes. -----

---- Esta ACTA avulsa é composta por três folhas e cinco páginas, devidamente numeradas e rubricadas. -----

O presidente da Comissão Municipal de Proteção Civil,

Vereador Eng.º Altino Bessa

O Coordenador Municipal de Proteção Civil

O representante da Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais

O representante dos Bombeiros Sapadores de Braga



O representante dos Bombeiros Voluntários de Braga

Representante da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa

O representante da Polícia de Segurança Pública

O representante da Guarda Nacional Republicana

O representante do Regimento de Cavalaria nº 6

Presidente da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Braga



O representante da Polícia Municipal de Braga

O representante da Unidade de Saúde Local de Braga

O representante dos Serviços de Segurança Social

O representante da Unidade de Saúde Pública Municipal